

Novas listas já chegaram e provocam “dança de professores” entre escolas

As listas da Bolsa de Contratação de Escola chegaram aos agrupamentos TEIP e com autonomia. Corrigido o erro na ordenação, há professores que terão de sair, para dar lugar aos colegas

Educação
Graça Barbosa Ribeiro

As novas listas de ordenação dos professores que se candidataram à Bolsa de Contratação de Escola (BCE) chegaram, pouco depois das 14h de ontem, aos 304 agrupamentos aos quais se aplica este tipo de concurso para colocação de docentes. Começou aquilo a que a Federação Nacional de Professores (Fenprof) chamou a “dança das cadeiras”, com alguns professores a serem obrigados a abandonar as turmas às quais dão aulas há três semanas e outros a poderem optar pela escola mais conveniente.

As listas chegaram às escolas TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) e com autonomia sensivelmente à mesma hora que o MEC fez publicar na página da Direcção-Geral da Administração Escolar a nota informativa em que revela a nova forma de ordenação de professores.

A lei determina que na BCE os professores são ordenados de acordo com a sua classificação final, que, por sua vez, é feita com base na média ponderada entre a graduação profissional (que depende da nota de curso, do número de anos de serviço e da avaliação de desempenho) e a avaliação curricular (classificada segundo a resposta dos professores aos critérios e subcritérios definidos por cada uma das escolas a que concorrem). A 12 de Setembro, a não harmonização de escalas resultou num erro na ordenação e na colocação indevida de professores, como admitiu o ministro, Nuno Crato.

Ontem, divulgou na página da DGAE a forma encontrada para harmonizar as escalas e fazer as contas que deram origem à nova ordenação dos professores que concorreram. Aos directores, ordenou que revogassem as primeiras listas (que são diferentes de escola para escola e entre os grupos disciplinares), de maneira a que os lugares nas salas de aulas fossem ocupados pelos que passaram a ocupar o topo das listas.

Quantos professores (de entre os 40 mil candidatos à BCE) é que foram colocados no dia 15 de Setembro não se sabe. No dia 12, o MEC disse que seriam cerca de 2500. Ontem, afirmou que as listas representam menos de 0,8% dos cerca de 110 mil professores que estão nas escolas



Professores poderão optar pelo horário que melhor se ajustar às suas conveniências

Quem é a nova directora-geral?

Maria Luísa Oliveira sucede a Agostinho Pereira

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) designou Maria Luísa Oliveira como nova directora-geral da Administração Escolar, na sequência da demissão, em meados de Setembro, do anterior titular do cargo. Agostinho Pereira demitiu-se depois de se terem detectado erros na ordenação de professores candidatos à Bolsa de Contratação de Escola (BCE). O anúncio da designação de Maria Luísa Oliveira, de 52 anos, foi feito ontem pelo ministério — no mesmo dia em que foi conhecido um despacho, já assinado pela nova responsável, a dar indicações aos directores dos agrupamentos de escolas sobre a BCE. Um despacho que foi de imediato criticado pelos directores. Maria Luísa Oliveira foi designada no seguimento de um concurso público.

É vereadora no executivo camarário de Tomar, eleita pelo PSD. Ao jornal *O Mirante* explicou que o seu cargo no MEC, por não ser de nomeação, é incompatível com a actividade política pelo que “com alguma pena” é obrigada a renunciar ao mandato. Mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se licenciou em Geografia e Planeamento Regional, tem uma pós-graduação em Administração Escolar. É professora do quadro de Geografia desde 1986, tendo exercido diversos cargos na presidência de conselhos directivos e administrativos de escolas. Pertenceu ao Conselho Científico de Avaliação de Professores e ao projecto “Escolas de Futuro”, da associação Empresários Pela Inclusão Social. **A.S.**

desde a abertura do ano lectivo (ou seja, menos de 880) e que “em mais de metade dos casos [menos de 440] não houve qualquer alteração”.

Seja como for, a nova ordenação, a par da orientação para que as colocações de 12 de Setembro sejam anuladas, provocará aquilo que a Federação Nacional de Professores chamou “a dança de cadeiras”. Aqueles que ontem se encontravam nas salas de aulas, com os seus alunos, pela terceira semana consecutiva, podem ver os seus contratos anulados, por vontade do MEC. Verão os lugares ocupados pelos colegas que, de acordo com a nova fórmula, ocupam o topo das listas para aquele grupo de recrutamento e para aquela escola.

Também os candidatos colocados na reserva de recrutamento (um outro concurso de colocação) do passado dia 26 de Setembro podem, até às 23h59 de segunda-feira, optar pelo horário que lhes foi atribuído ontem, através da BCE. Ambos os horários serão considerados horários anuais para todos os efeitos, assegura o MEC. Neste caso, os alunos mudam, também, de professores.

Continua, ainda, a haver lugares por preencher. O MEC informou na tarde de ontem que na próxima se-

mana serão publicadas uma nova lista BCE e uma nova Reserva de Recrutamento. “As próximas colocações feitas no âmbito da BCE deverão preencher os lugares restantes das escolas TEIP e de contrato de autonomia; a nova Reserva de Recrutamento atenderá os pedidos de substituição que tenham dado entrada até ao início da próxima semana”, explicita. Conclui que a partir desse momento “as colocações destinam-se essencialmente a resolver situações pontuais que possam surgir por motivo de baixas médicas ou outros”.

A presidente da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, Isabel Gregório, disse que “os mais prejudicados por este processo atabalhado de colocação de professores são os alunos - os muitos milhares que não têm todos os professores e continuam à espera que os problemas se resolvam e aqueles que assistirão a trocas na sala de aula”. “As aulas começaram há três semanas, é absurdo ver docentes a chegar neste momento às escolas”, acrescentou a dirigente, que disse esperar que, “ao menos, a seguir a estas colocações as escolas possam encontrar a paz de que precisam urgentemente”.

Em comunicado, a direcção da Fenprof mostrou-se indignada com a instabilidade gerada nas escolas pelo atraso nas colocações e também pelo alegado não cumprimento da palavra dada por Nuno Crato. Citou o ministro — que terá dito que os professores já colocados se iam manter; que eventuais duplicações seriam avaliadas caso a caso; e que o objectivo era que ninguém (professores ou alunos) fosse prejudicado — e concluiu que isso não foi acautelado. “Pura e simplesmente, quase um mês depois, decidiu que todas as colocações da BCE1 deveriam ser anuladas”, criticou. Questionou ainda, à semelhança dos dirigentes escolares, a validade legal da ordem que a DGAE fez chegar às escolas, no sentido de serem estas a revogar as listas de 12 de Setembro e a anular as consequentes colocações. Ambos citam o Código de Procedimento Administrativo para defenderem que terão de ser a DGAE ou o MEC a fazê-lo.

Segundo o MEC, dos professores colocados a 12 de Setembro “pouco mais de 150” estão “provisoriamente sem colocação”.